

Coleção
Eduardo Espínola

Gustavo Silva Alves

AÇÕES COLETIVAS E CASOS REPETITIVOS

**A vinculação das decisões
no processo coletivo**

2018

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

A185

Ações coletivas e casos repetitivos – a vinculação das decisões no processo coletivo / Gustavo Silva Alves – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

320 p. (Eduardo Espinola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2299-7.

1. Ações Coletivas. 2. Direito Processual. I. Didier Jr., Fredie. II. Alves, Gustavo Silva. III. Título.

1124809

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

Capítulo 1

O PROCESSO COLETIVO E A SUA CONSOLIDAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: O PROCESSO COLETIVO JUSTO	17
--	----

1.1. O conceito de processo jurisdicional coletivo e o modelo brasileiro de processo coletivo: ações coletivas e julgamento de casos repetitivos.....	17
1.1.1. As raízes próximas do processo coletivo brasileiro: sociedade de massa, doutrina italiana e as <i>class actions</i> americanas	25
1.1.2. O microssistema do processo coletivo e o CPC/2015: a mudança de paradigma em relação ao CPC/1973 e o diálogo de fontes.....	34
1.1.3. O modelo de julgamento de casos repetitivos: incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e recursos extraordinário e especial repetitivos (REER)	38
1.2. O processo coletivo justo e a necessidade de adequação dos institutos e técnicas processuais	48

Capítulo 2

SEGURANÇA JURÍDICA, ESTABILIDADE E VINCULAÇÃO NO PROCESSO CIVIL	63
---	----

2.1. O princípio da segurança jurídica: da imutabilidade à continuidade das posições jurídicas.....	63
2.2. A estabilidade e a vinculação no processo civil.....	70
2.2.1. Coisa julgada.....	74
2.2.1.1. A evolução teórica e legislativa do conceito de coisa julgada: do direito moderno aos dias atuais.....	78

2.2.1.2. Uma proposta de conceito: a coisa julgada como qualidade que confere alto grau de estabilidade às eficácias sentençiais.....	86
2.2.1.3. Os modos de análise da coisa julgada.....	93
2.2.1.3.1. Limites objetivos.....	93
2.2.1.3.2. Modo de produção.....	95
2.2.1.3.3. Limites subjetivos.....	97
2.2.2. A regra do <i>stare decisis</i> e a eficácia vinculante dos precedentes judiciais.....	110
2.2.2.1. Precedentes judiciais v. coisa julgada.....	120
2.2.3. A eficácia vinculativa da tese jurídica no modelo de julgamento de casos repetitivos.....	121

Capítulo 3

OS MODOS DE VINCULAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DAS DECISÕES DECORRENTES DO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO..... 127

3.1. Ações coletivas: a coisa julgada coletiva e sua extensão subjetiva <i>secundum eventum litis</i>	129
3.1.1. Normatização da coisa julgada à luz do microssistema do processo coletivo: a posição do grupo e dos legitimados coletivos.....	129
3.1.1.1. A coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> e o conceito de prova nova.....	133
3.1.2. A tentativa de limitação da extensão subjetiva da coisa julgada coletiva pelo artigo 16 da Lei n. 7.347/85.....	138
3.1.2.1. A controversa alteração do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) trazida pela MP n. 1.570/97 (convertida na Lei n. 9.494/97).....	138
3.1.2.2. As impropriedades do artigo 16 da Lei n. 7.347/85.....	141
3.1.2.3. Breve histórico dos precedentes e o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.....	149
3.1.3. A extensão subjetiva <i>secundum eventum litis</i> da coisa julgada coletiva e os membros do grupo.....	155

3.1.3.1. Os principais modelos de vinculação aos membros do grupo: <i>opt in</i> , <i>opt out</i> e extensão subjetiva <i>secundum eventum litis</i>	155
3.1.3.2. A opção brasileira: extensão subjetiva <i>secundum eventum litis et in utilibus</i> da coisa julgada coletiva e as repercussões da ação coletiva no plano individual	162
3.1.3.3. As críticas à opção brasileira pela extensão subjetiva <i>secundum eventum litis</i>	170
3.1.3.4. Uma solução por meio do julgamento de casos repetitivos e dos precedentes judiciais: a prejudicialidade da questão de direito	179
3.2. Modelo de julgamento de casos repetitivos: a vinculação da tese jurídica e a vinculação do precedente judicial.....	181
3.2.1. A eficácia vinculativa da tese jurídica	183
3.2.1.1. Pluralidade e representação adequada das partes das causas-piloto.....	195
3.2.1.2. Representação argumentativa.....	201
3.2.1.3. Participação democrática: a intervenção das partes dos processos suspensos e do <i>amicus curiae</i> no IRDR/REER	206
3.2.1.3.1. Partes dos processos sobrestados.....	207
3.2.1.3.2. <i>Amicus curiae</i>	217
3.2.2. A eficácia vinculante do precedente judicial: formação e aplicação de precedentes judiciais no modelo de julgamento de casos repetitivos.....	222
3.2.2.1. Participação democrática na formação e superação dos precedentes.....	234

Capítulo 4

OS MEMBROS DO GRUPO E A CONVIVÊNCIA ENTRE OS MODOS DE VINCULAÇÃO NO MODELO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO	237
4.1. A prejudicialidade de uma questão de direito.....	241
4.1.1. A possível prejudicialidade da questão de direito certificada no IRDR/REER ou solucionada na <i>ratio decidendi</i> de um precedente em relação à questão de mérito.....	250

4.2.	Eficácia vinculativa da tese jurídica <i>v.</i> coisa julgada coletiva	256
4.2.1.	Ação coletiva entre as causas-piloto	257
4.2.2.	Ações individuais como causas-piloto	261
4.3.	Eficácia vinculante do precedente judicial formado no IRDR/ REER <i>v.</i> coisa julgada coletiva	266
4.3.1.	Ação coletiva entre as causas-piloto	273
4.3.2.	Ações individuais como causas-piloto	280
CONCLUSÃO.....		285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		297